

**GLOBAL
INITIATIVE**
AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME

QUEBRANDO O CICLO VICIOSO

Política da cocaína na Guiné-Bissau



Mark Shaw e A. Gomes

MAIO 2020

RECONHECIMENTOS

Especiais agradecimentos à valiosa contribuição de observadores nacionais e internacionais baseados localmente, da sociedade civil nacional e de agentes da lei que se dispuseram a oferecer informações e sugestões para este documento.

© 2020 Global Initiative Against Transnational Organized Crime.
Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem permissão, por escrito, da Global Initiative.

Foto da capa: O porto de Bissau, na véspera das eleições presidenciais da Guiné-Bissau, novembro de 2019.

© *Getty Images/John Wessels*

Outras fotografias fornecidas pelos autores.

Tradução do inglês: Elisabete Vilar

Por favor, enviar questões directamente para:
Global Initiative Against Transnational Organized Crime
Avenue de France 23
Genebra, CH-1202
Suíça

www.globalinitiative.net

ÍNDICE

Sumário	i
Introdução	1
Erradicando o flagelo	3
Um novo ciclo de conflito	4
Promessas de reforma goradas.....	5
Uma nova crise e um caso de ‘déjà-coup’	8
Duas grandes apreensões de cocaína	11
O retorno da velha guarda.....	13
Respostas da comunidade internacional.....	16
O rumo a tomar	18
Notas	20

SUMÁRIO

Enquanto a última ronda de conflito político mantém a desestabilização do minúsculo país da África Ocidental desde os fins de 2019 e início de 2020, emergem novas evidências (e rumores) de que a cocaína está novamente em trânsito através da Guiné-Bissau. Muito provavelmente, o confinamento no país devido ao COVID-19 está agora a proporcionar um conveniente encobrimento para o tráfico de drogas. Embora a economia da cocaína seja apenas um dos fatores que contribuem para a praga de décadas de instabilidade

que tem debilitado a Guiné-Bissau, não deixa de ser um fator importante e que deve ser abordado novamente. Tal como a própria droga, o dinheiro gerado pelo trânsito da cocaína tornou-se viciante para algumas figuras políticas e militares em Bissau. Várias tentativas anteriores de pôr fim ao tráfico falharam. Agora, é necessária uma resposta política mais sistemática e de longo prazo por parte da comunidade internacional para que uma estabilidade duradoura seja alcançada na Guiné-Bissau.

Os protagonistas

- José Américo Bubo Na Tchuto, chefe do Estado-Maior da Marinha da Guiné-Bissau; detido por agentes da Drug Enforcement Administration (agência de fiscalização de drogas do governo dos EUA) em abril de 2013.
- José Mário Vaz, presidente da República, de junho de 2014 a fevereiro de 2020.
- Domingos Simões Pereira, primeiro-ministro, de julho de 2014 a agosto de 2015 (nomeado e depois exonerado por Vaz). Candidatou-se à presidência nos finais de 2019.
- Presidente da República Umaro Sissoco Embaló; ex-primeiro-ministro sob Vaz; reivindicou o poder em fevereiro de 2020. A sua presidência é contestada pelos seus adversários devido a alegadas irregularidades nas eleições.
- General António Indjai, antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; tomou o poder no 'golpe da cocaína' em abril de 2012.
- Nuno Nabiam, primeiro-ministro nomeado por Embaló em fevereiro de 2020.
- Braima Seidi Bá, um empresário com laços políticos, condenado por tráfico de drogas na sequência de uma volumosa apreensão de cocaína em setembro de 2019.
- Ricardo Ariza Monje, um indivíduo mexicano condenado por tráfico de drogas após uma grande apreensão de cocaína em setembro de 2019.

Os atores de suporte

- General Biaguê Na N´Tam, chefe do Estado-maior das Forças Armadas.
- Aristides Gomes, primeiro-ministro 2019-2020.
- Botche Candé, atual ministro do Interior.
- Mutaro Djaló, ex-ministro do Interior.

O palco

- Guiné-Bissau, África Ocidental, de abril de 2012 a abril de 2020





INTRODUÇÃO

Entalada entre o Senegal e a Guiné-Conacri, a Guiné-Bissau é um dos mais pequenos Estados de África (com uma população estimada em 1,8 milhões) e uma das nações mais empobrecidas do mundo. O tráfico de cocaína assola o país há muito tempo. A Guiné-Bissau tem sido há muito explorada como ponto de transbordo de cocaína produzida na América Latina – grande parte da qual é contrabandeada para mercados na Europa – devido à sua posição geográfica na rota da cadeia de abastecimento e, tal como este artigo debate, por causa da sua política. Na sequência das primeiras eleições democráticas em 1994 e da crise económica que se seguiu, o dinheiro proveniente do tráfico de droga tornou-se uma fonte útil de clientelismo político e um recurso crucial para apoiar campanhas de partidos políticos.

A instabilidade política tem marcado a história da Guiné-Bissau pós-independência. O impacto do narcotráfico sobre a política da Guiné-Bissau tem sido amplamente reconhecido, inclusive pelo Conselho de Segurança da ONU, em várias resoluções e declarações presidenciais¹. Indícios recentes sugerem que, embora a economia da droga não seja a única causa de instabilidade política no país, contribui para ela de forma importante e, a menos que algo seja feito, é provável que o problema se torne mais agudo. Embora seja absolutamente necessário garantir eleições livres e justas a fim de assegurar a muito necessária reforma constitucional, isso por si só não é suficiente para alcançar estabilidade, boa governança, desenvolvimento sustentável e pôr fim à dependência do Estado relativamente ao tráfico de cocaína.

Não obstante o tráfico de drogas através da Guiné-Bissau ter atraído a atenção dos *media* pela primeira vez em 2005, fortes indícios sugerem que o comércio pode ter começado mais cedo, em 1999. Uns anos mais tarde, o país foi apelidado tanto pelas Nações Unidas como pelas autoridades dos Estados Unidos de 'narco-Estado'. Trata-se de um termo que permaneceu, apesar de controvérsia quanto ao que constitui um narco-Estado e se a Guiné-Bissau se encaixa nessa definição².



FIGURA 1 Guiné-Bissau

Em todo o caso, a economia da cocaína e os lucros que gerou localmente, em grande parte resultantes de taxas de proteção pagas a membros da elite política, mas também os recursos que ela oferece a uma rede mais ampla de atores, incluindo muitos rapazes, ficaram profundamente arraigados na vida política e social do país³. Isso prejudicou o processo político ao apetrechar burocratas políticos e militares, e os seus apoiantes nas forças armadas e no sistema de justiça, cujo objetivo principal é usar indevidamente o cargo político para obter ganhos pessoais.

As drogas e os recursos que proporcionam provaram ser uma presença persistente e, embora parte do dinheiro resultante das drogas tenha sido, sem dúvida, filtrado para pessoas comuns, o tráfico atrasou e distorceu o desenvolvimento, promoveu a violência e o conflito entre as elites e minou a pouca confiança que

existia na classe política. O dinheiro do narcotráfico também fornece um recurso proveitoso para a “politiquice” na Guiné-Bissau, cujo sistema político depende do clientelismo. Saldo de telemóvel, T-shirts e alimentos são formas de micro-patrocínio necessárias para obter votos. Dinheiro excedente e não contabilizado é uma maneira útil de aumentar as probabilidades políticas.

Com o tempo, isso criou um ciclo autossustentado, no qual o dinheiro proveniente de drogas consolida uma porção da elite política e militar, que pouco se interessa pelo desenvolvimento social, político e económico normativo do país. Essa falta de governança na esfera político-militar inviabiliza qualquer forma de desenvolvimento sustentável ou apoio financeiro externo, o que cria um ciclo vicioso de narcotráfico que leva a uma maior dependência do dinheiro proveniente de drogas. E assim a interdependência continua.

Erradicando o flagelo

O tráfico de cocaína incorporou-se profundamente na economia política do país – embora tenha havido um período de quatro anos, de 2014 a 2018, durante o qual não houve grandes apreensões de drogas na África Ocidental⁴. Essa calma levou observadores a acreditarem que a Guiné-Bissau tinha perdido importância enquanto eixo de trânsito na África Ocidental. Especificamente, a ausência de apreensões ocorreu após a prisão, pela DEA (Drug Enforcement Administration)⁵, do chefe do Estado-maior da Marinha da Guiné-Bissau, José Américo Bubo Na Tchuto, que foi detido no mar numa operação orquestrada pelos EUA em abril de 2013⁶.

Ao mesmo tempo que entrevistas e relatórios da época sugerissem um abrandamento do narcotráfico como resultado dessa intervenção dos EUA, também teve o efeito de forçar o tráfico ainda mais à clandestinidade, além de levar a mudanças na economia de proteção dominante ao reduzir significativamente o controlo militar explícito. Como se revelou depois, apreensões mais recentes e substanciais em 2019 sugerem que, na verdade, o problema se agravou e que elementos das forças armadas estão mais uma vez a desempenhar um papel importante na economia da cocaína em curso.

O desafio, tanto para atores externos quanto para alguns atores internos corajosos e empenhados, incluindo a Polícia Judiciária do país e entidades da sociedade civil local, é saber como erradicar o tráfico de drogas, e o dinheiro de proteção que ele gera, da política do país. A menos que isso seja feito, há poucas hipóteses de desenvolvimento sustentado para os guineenses comuns.

O desafio é saber como erradicar o tráfico de drogas da política do país.



UM NOVO CICLO DE CONFLITO

Pessoas aguardam do lado de fora de uma assembleia de voto em Bissau, 24 de novembro de 2019.

© Getty Images/John Wessels

Nos últimos meses, uma nova fase de conflito político, que chegou ao auge no final de 2019, com a tomada do controlo do governo pelo presidente em exercício, Umaro Sissoco Embaló, em fevereiro de 2020, remonta a uma coleção de clivagens e concessões políticas que vinha fermentando na turbulenta política do país há algum tempo. Não menos importante foi a fragmentação do antigo partido de libertação do país, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), quando, em 2018, o Movimento de Alternância Democrática, ou MADEM G-15, foi formado por um grupo separatista de oportunistas políticos que abandonaram o PAIGC.

À superfície, no mínimo, a disputa política manifestou-se através de tensões entre certos atores políticos (não militares) em torno de divergências jurídicas sobre as competências conferidas ao primeiro-ministro e ao Presidente. Cave-se, porém, sob as subtilezas legais e o que se encontra é uma batalha desenfreada pelo poder político. E, embora o chefe do Estado-maior das Forças Armadas, o general Biaguê Na N'Tam, tenha prometido que os militares ficariam fora da política, oficiais tanto no ativo quanto reformados permanecem profundamente coligados politicamente e muito influentes. Não há como contornar o facto de que a elite militar e política do país está intimamente entrelaçada⁷.

A atual disputa política pelas rédeas do poder é outro episódio da história politicamente frágil da Guiné-Bissau. Nos últimos 16 anos, o país passou por dois golpes, uma guerra civil, uma tentativa de golpe e um assassinato presidencial realizado por militares. O impacto do tráfico de drogas pode ser encontrado nas profundezas de vários desses acontecimentos, particularmente a tomada do poder pelos militares no chamado 'golpe de cocaína' em abril de 2012, quando militares, liderados pelo chefe do Estado-maior, o general António Indjai,

assumiram o poder – em parte para conseguir o controlo do lucrativo tráfico de cocaína em rápido crescimento⁸.

Desde a independência do país em 1973⁹, apenas um presidente completou o seu mandato de cinco anos. Trata-se de José Mário Vaz, que terminou o mandato em junho de 2019, mas permaneceu no cargo até fevereiro de 2020, quando foram realizadas eleições presidenciais. O simples facto de ter concluído o seu mandato foi comemorado como um passo adiante no lento processo de democratização do país.

Em 2014, quando Vaz foi eleito presidente, a nação guineense estava cheia de esperança de que o país finalmente ressuscitasse das cinzas e se desenvolvesse e prosperasse. O seu optimismo revelar-se-ia efémero. A presidência de Vaz foi marcada por instabilidade política e as suas decisões foram muitas vezes controversas e amplamente questionadas. Sinistramente, durante o período de cinco anos em que desempenhou o cargo de presidente, houve nove primeiros-ministros, um dos quais ficou apenas dez dias no cargo¹⁰.

Num sistema em que é suposto o primeiro-ministro

liderar o trabalho do governo, isso nunca permitiu grande consistência de execução nem muitos benefícios para as pessoas comuns.

O jovem reformador Domingos Simões Pereira¹¹ foi relutantemente nomeado por Vaz, sob pressão política, como primeiro-ministro em julho de 2014. Tratou-se de um período em que os implicados no tráfico de drogas permaneciam discretos, após as detenções pela DEA em 2013. Vaz, no entanto, nunca teve plena confiança no seu primeiro-ministro e o presidente ficou frustrado quando as suas próprias prioridades não foram incluídas no programa do governo.

Vaz e Pereira passaram a discordar a propósito do modo como deveria ser investida a ajuda externa e sobre a sensível questão de quem deveria ser nomeado para os principais cargos ministeriais e burocráticos do governo. Em parte, isso reflete problemas na Constituição do país em relação às funções do presidente e do primeiro-ministro. A desavença entre o presidente e o primeiro-ministro foi significativa, pois simbolizava uma luta entre um grupo de políticos reformistas e uma velha guarda ávida de manter os privilégios dos cargos.

Promessas de reforma goradas

Pereira sempre foi uma figura popular, um primeiro-ministro que provavelmente ameaçou a posição pública do próprio presidente. Considere-se, por exemplo, os acontecimentos de 2015: em março daquele ano, para grande alarde e interesse público local, Pereira organizou uma conferência internacional estruturada em torno de um plano, Terra Ranka (que significa literalmente “o país arranca”). Esse plano nacional de desenvolvimento almejava estimular a economia política do país, atraindo um pacote de assistência externa e reduzindo a corrupção. O plano de Pereira mencionava especificamente a importância de acabar com a economia das drogas e as redes de proteção política que a proporcionaram. “O mundo reconhece”, disse ele, “que somente com o novo governo [é que] a Guiné-Bissau começou a levar a sério o combate ao narcotráfico”¹². Milhões de euros de ajuda ao desenvolvimento foram subsequentemente prometidos ao país.

Assim que parecia que a Guiné-Bissau tinha ao alcance uma nova trajetória de desenvolvimento e uma estratégia de adotar políticas racionais, Pereira foi destituído pelo presidente em agosto de 2015. Nenhum do dinheiro prometido na conferência Terra Ranka foi desembolsado já que a instabilidade política voltou à tona em Bissau e Vaz arrastou-se até ao fim da sua tumultuosa presidência, fazendo desfilar uma série de nomeações de primeiros-ministros que não seriam um desafio à sua autoridade. Destes, aquele que desempenhou o cargo durante mais tempo foi Embaló.

Em março de 2019, realizaram-se eleições legislativas e o PAIGC conquistou 47 dos 102 assentos do parlamento. De forma notável, na sua primeira aparição eleitoral, o partido separatista MADEM G-15 conquistou 27 deputados, tornando-o no segundo maior da assembleia. Circulavam rumores sobre as ligações entre o novo partido e o tráfico de drogas; um antigo traficante

2020: Contagem decrescente para a 'nomeação' presidencial

Janeiro

1 de janeiro

Comissão Eleitoral (CNE) anuncia resultados provisórios. Embaló obtém 53,55% dos votos contra 46,45% de Pereira.

2 de janeiro

Pereira interpõe recurso contra os resultados no Supremo Tribunal, que solicita verificações adicionais dos votos.

4 de fevereiro

CNE confirma os resultados provisórios.

5 de fevereiro

Pereira interpõe novo recurso no Supremo Tribunal, requerendo a anulação da eleição por irregularidades.

9 de fevereiro

A CEDEAO solicita ao Supremo que tome uma decisão em seis dias.

19 de fevereiro

Embaló denuncia a decisão, enquanto a CNE diz ter já respondido a um pedido anterior e que os resultados eleitorais são finais.

26 de fevereiro

Pereira regista uma nova queixa no Supremo Tribunal.

27 de fevereiro

Embaló toma posse da presidência em cerimónia num hotel de Bissau, na presença do presidente cessante Vaz e de altos oficiais militares.

28/29 de fevereiro em diante

As forças de segurança alinhadas com Embaló aumentam a sua presença em Bissau.

10 de março

Embaló ordena que a ECOMIB pare de prover escoltas de proteção ao presidente do parlamento; ao primeiro-ministro destituído, Gomes; ao candidato presidencial da oposição, Pereira, e aos juizes do Supremo Tribunal de Justiça.

Março

31 de janeiro

CEDEAO pede à CNE que responda ao pedido da Supremo para conferir os votos.

14 de fevereiro

O Supremo Tribunal denuncia a interferência do bloco regional, rejeita o apelo de Pereira, mas solicita à CNE que verifique novamente a precisão dos resultados.

22 de fevereiro

A CEDEAO apela à CNE e ao Supremo para romperem o impasse, alertando que pode impor sanções contra atores que dificultem a resolução.

28 de fevereiro

Embaló nomeia Nuno Nabiam como primeiro-ministro, enquanto o PAIGC denuncia as suas ações como tentativa de golpe. Cipriano Cassamá é empossado como Presidente interino pelo parlamento, controlado pelo PAIGC. Cassamá renuncia quase de imediato, invocando ameaças à sua vida e da sua família por militares.

O Conselho de Segurança da ONU prolonga o mandato da UNIOGBIS, adotando por unanimidade a Resolução 2512 (2020).

18 de março

Governo de Nuno Nabiam manda fechar fronteiras e mercados do país.

27 de março

Estado de emergência declarado pelo presidente.

31 de março

ECOMIB encerra o seu mandato.

Abril

22 de abril

Embaló promete dissolver o parlamento e convocar eleições legislativas se o bloqueio da situação política no país persistir.

A CEDEAO reconhece a vitória de Embaló e pede que prossiga com a nomeação de um primeiro-ministro e novo governo até 22 de maio de 2020, segundo as disposições da constituição.

23 de abril

A UE felicita a CEDEAO pelo seu empenho contínuo na Guiné-Bissau.

24 de abril

A ONU toma nota da decisão da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, em 22 de abril, de reconhecer Embaló como vencedor das eleições presidenciais de dezembro de 2019.



Da esquerda para a direita: Sousa Cordeiro, Ministério do Interior; António Abel, Chefe da Casa Militar; brigadeiro-general Esteve Lassana Massali, chefe do Estado-Maior do Exército; Ibraim Papa Camará, chefe do Estado-Maior da Força Aérea; Estevão na Mena, Chefe de Gabinete do CEMGFA; Carlos Mandrugal, chefe do Estado-Maior da Marinha; Biagê Na N'tam, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República; Mamadu N'Krumah, vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Nuno Nabiam, Primeiro-Ministro; António Indjai (antigo chefe do Estado-maior das Forças Armadas).

Foto tirada no Palácio Presidencial, Bissau, 29 de fevereiro de 2020.

disse aos autores que os potenciais deputados do MADEM G-15 tinham prometido “uma porta aberta” para os traficantes de drogas, se pudessem receber dinheiro para apoiar as suas campanhas eleitorais¹³.

Não se tendo obtido maioria absoluta, o PAIGC e um pequeno partido, Assembleia do Povo Unido, formaram uma coligação, colocando Pereira como o seu nomeado a primeiro-ministro. Previsivelmente, Vaz – agora nos meses agonizantes do seu mandato – não aceitou nada disso¹⁴. No final, foi alcançado um compromisso com outro candidato, Aristides Gomes. Pereira foi nomeado consultor do novo primeiro-ministro.

A eleição presidencial do final de 2019 gerou uma disputa tensa. Os dois candidatos presidenciais foram Embaló, que tinha passado para o MADEM-G15, contra o reformista Pereira, do PAIGC. Embaló era um ex-membro sénior do PAIGC, já que Vaz o tinha nomeado para o cargo de primeiro-ministro em 2016 (embora, mais tarde, o parlamento tenha aprovado, por maioria esmagadora, uma moção de censura contra ele). Os resultados provisórios emanados do órgão eleitoral (a CNE) mostraram que Embaló estava à frente. Pereira apresentou uma queixa no Supremo

Tribunal de Justiça, alegando irregularidades no processo de contagem.

A crise agravou-se à medida que um bizarro impasse se desenvolvia entre o órgão eleitoral do país e o mais alto órgão judicial, o Supremo Tribunal, que iria decidir se uma recontagem dos votos era necessária ou não. Enquanto o país aguardava a decisão do Supremo, vários juízes relataram que não puderam realizar eficazmente o seu trabalho devido à presença de forças militares, que fecharam a sede do Supremo, o Palácio da Justiça. O Supremo Tribunal nunca chegou a proferir uma decisão clara sobre as alegações de irregularidades, mas questionou a verificação e consolidação dos dados nacionais e solicitou uma recontagem dos votos. A comissão eleitoral recusou executar o acórdão do tribunal.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que mantinha uma missão política e militar na Guiné-Bissau (ECOMIB), tinha sido historicamente um mediador crucial e bem-sucedido na neutralização das crises políticas do passado. Nas repetidas crises políticas após o golpe de 2012, os mediadores da CEDEAO enfatizaram a importância do facto de os militares terem

permanecido fora da arena política e congratularam a liderança militar pela sua contenção¹⁵. A CEDEAO teve um desempenho muito inferior a quando da última ronda de conflitos, enviando frequentemente sinais contraditórios. Por exemplo, o órgão regional felicitou de forma precipitada Embaló pela sua nomeação, enquanto o impasse com o Supremo Tribunal continuava em curso¹⁶. Uma razão para tal é que o mandato da ECOMIB expiraria no final de março, portanto a vantagem da própria CEDEAO foi reduzida ao mesmo tempo que a tensão política aumentava. O órgão regional parecia desprevenido e as forças da ECOMIB não apresentaram oposição à ocupação dos edifícios do governo pelos militares locais. Uma missão da CEDEAO especializada em questões de reforma constitucional foi recusada pelo governo a 8 de março. Embaló ordenou o acantonamento das forças da ECOMIB a 9 de março, à medida que elementos dentro das forças armadas da Guiné-Bissau se tornaram mais assertivos¹⁷. O representante da CEDEAO, Blaise Diplo-Djomand, deixou o país a 10 de março por motivos não claros, mas muito provavelmente relacionados com o cancelamento da missão especializada e a pressão do novo governo para que a ECOMIB ficasse confinada às suas casernas.

Uma nova crise e um caso de ‘déjà-coup’

A temperatura política estava ao rubro no início de 2020, e também a retórica política: Embaló declarou, em comunicado de 6 de fevereiro, que estaria pronto “para ir à guerra, se necessário”¹⁸. Essa declaração não era para ser tomada de ânimo leve, dado que membros-chave da elite militar do país pareciam estreitamente alinhados com ele.

No final de fevereiro de 2020, Embaló tinha conseguido conquistar o gabinete presidencial, com o apoio claro de um círculo de soldados séniiores, que surgiram ao seu lado nos degraus do palácio presidencial a 29 de fevereiro, dia em que nomeou um novo primeiro-ministro, Nuno Gomes Nabiam. As figuras militares incluíam Biaguê Na N’ Tam, chefe do Estado-maior, e o seu vice, Mamadu N’Krumah, bem como Ibraim Papa Camará, chefe do Estado-maior da Força Aérea, que já tinha sido acusado de envolvimento no narcotráfico¹⁹. N’Krumah e Camará estão

Soldados da missão de segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB).

© Getty Images/John Wessels



na lista de sanções da ONU e da UE devido ao seu envolvimento no golpe de Estado de 2012, juntamente com o antigo chefe de Estado-maior Indjai²⁰.

Nabiam é uma espécie de camaleão político. Já tinha competido contra Vaz pela presidência. Após a sua derrota, formou a Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB). Em fevereiro de 2020, na qualidade de primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Popular, simbolicamente indigitou Embaló como presidente. No mesmo dia, foi nomeado por Embaló como chefe do governo e primeiro-ministro do país, substituindo Gomes. Ironicamente, em maio de 2019, Nabiam tinha dito que Pereira deveria ser nomeado primeiro-ministro pelo presidente Vaz “a qualquer custo”, argumentando que, se isso não ocorresse, haveria instabilidade e revolução no país. Nabiam é visto como próximo de Indjai.

É de ressaltar que Nabiam é da etnia Balanta, assim como Indjai e grande parte da hierarquia militar. Os Balanta são um eleitorado chave, que vota de maneira unificada e geralmente vota em alguém da sua própria etnia. Antes de Embaló concorrer à presidência, Nabiam e Indjai foram essenciais para garantir que tivesse o apoio dos Balanta. Houve dois congressos nacionais com o fim de obter apoio da comunidade Balanta a Embaló nas eleições²¹. Durante essas reuniões, Nabiam, ajudado por Indjai, convenceu os líderes das aldeias Balanta a apoiá-lo. A condição dos líderes Balanta era que Nabiam fosse investido como primeiro-ministro após a tomada de posse de Embaló como presidente²².

Os militares, por sua vez, nem sequer fingiram neutralidade durante as eleições presidenciais. Soldados leais a Embaló e Nabiam tinham ocupado edifícios do governo, o parlamento e, mais significativamente, o Palácio da Justiça, enquanto juízes tentavam finalizar as suas deliberações. A CEDEAO parecia ter interpretado mal a situação e as forças da ECOMIB, aproximando-se do final do seu mandato, não receberam autorização para intervir. Como ilustre advogado local de direitos humanos, Luís Vaz Martins comentou: “Após o golpe de Estado de 27 de fevereiro, são os militares quem está no poder, indiretamente através dos políticos que defendem a aliança político-militar que foi a base desse golpe militar. Pode dizer-se

categoricamente que os direitos e liberdades fundamentais [do povo] foram suprimidos”²³.

Com as contestáveis eleições presidenciais ainda por deslindar e com a atenção internacional relativa à crise política de Bissau já em declínio, a emergência do coronavírus eclipsou a crise. A pandemia rapidamente tomou o primeiro plano na agenda política global. Os novos governantes políticos em Bissau, segundo relatos, estavam cientes de que o mundo agora estava a olhar para outro lado, e isso poderia dar-lhes uma oportunidade de reagir.

Embora o número exato de infeções confirmadas não tenha inicialmente ficado claro, enquanto as autoridades, com os seus poucos recursos, se esforçavam para responder ao vírus, a Guiné-Bissau parecia vulnerável e o governo avançou rapidamente para um confinamento, suspendendo voos comerciais e fechando o principal mercado de Bissau²⁴. O novo presidente fez uma declaração referindo-se à pandemia como um pandemónio, uma palavra que também poderia resumir com precisão a política da Guiné-Bissau dos inícios de 2020²⁵.

O grupo de militares alinhado com o novo presidente e o primeiro-ministro em fevereiro continha um notável acréscimo: António Indjai, o principal alvo da DEA no âmbito da sua operação de abril de 2013 que visava a elite de Bissau. Os paralelos entre o ‘golpe de cocaína’ de 2012 e a tomada do poder no início de 2020, que também teve um claro apoio militar, foram apontados por vários observadores locais.

Indjai é uma figura enigmática na política da Guiné-Bissau. Foi, para todos os efeitos, o arquiteto da tomada do poder em abril de 2012, durante o golpe, e ficou depois à frente das chefias militares. Em 2013, Indjai foi indiciado por um tribunal dos EUA por ter concordado fornecer armas a representantes das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) (que eram, na verdade, os agentes da DEA que planearam a operação de captura) em troca de uma remessa de cocaína. As transcrições do acordo entre Indjai e os agentes da DEA apresentadas em audiência pública mostram que tinha poucos escrúpulos em apoiar o narcotráfico, pressionando para que se concluísse o negócio²⁶. “O que [os militares] me disseram”, disse o confesso traficante Malam Mané Sanhá, que colaborava com o governo



Fronteira porosa: o porto de Bissau.

dos EUA em troca de redução da pena, “é que eles queriam que as pessoas viessem e [trouxessem drogas] porque precisavam do dinheiro. [...] Eles estavam sempre a dizer que precisavam do dinheiro. [O ajudante de Indjai, capitão] Júlio disse-me que, se o atraso era por causa dos uniformes [cuja importação era um disfarce para a cocaína], esquecessem isso e apenas trouxessem as drogas”²⁷.

Nessa operação da DEA – na qual o ex-almirante Na Tchuto foi detido –, Indjai era de fato o principal alvo das autoridades norte-americanas. No entanto, o astuto e experiente general parecia suspeitar que a operação era uma montagem, e por isso não se aventurou no mar, despachando Na Tchuto como seu enviado. A forte pressão externa após o golpe, combinada com a detenção pela DEA, tornou a posição do governo militar insustentável. Indjai abandonou o posto e retirou-se para a sua propriedade, a cerca de 50 quilómetros de Bissau.

Ao que parece, o papel das forças armadas no tráfico de drogas declinou a partir desse ponto, ou pelo menos retrocedeu para segundo plano. Entrevistas sugerem que, na época do golpe, isso já estava a acontecer de qualquer forma, já que os cartéis latino-americanos começavam a descobrir que os militares eram parceiros imprevisíveis e pouco confiáveis²⁸. No entanto, o tráfico de drogas e a proteção da economia da cocaína por elementos dentro do Estado não tinham claramente parado por completo. Por exemplo, em setembro de 2018, a Polícia Judiciária, que obteve informações a partir de contactos policiais estrangeiros, acabaria por deter dois indivíduos do Brasil, suspeitos de posse de cocaína. O então ministro do Interior, Mutaro Djaló, chegou ao aeroporto com seis agentes da Guarda Nacional e ordenou que a Polícia Judiciária lhes entregasse os suspeitos. Djaló é considerado próximo do atual ministro do Interior, Botche Candé, que supostamente esteve envolvido em pelo menos dois casos nos quais a Polícia Judiciária foi impedida de fazer seu trabalho de investigação²⁹. Candé também foi acusado de estar envolvido no chamado caso “arroz do povo”, no qual várias toneladas de arroz doadas pela China foram confiscadas e vendidas a título particular³⁰. Candé nunca respondeu publicamente às alegações e a investigação foi suspensa em circunstâncias duvidosas. O filho de Candé é o comandante da Polícia de Intervenção Rápida³¹.



DUAS GRANDES APREENSÕES DE COCAÍNA

Mais tarde, duas volumosas apreensões de cocaína - em março e setembro de 2019 (ou seja, nos períodos que antecederam as eleições legislativas e, posteriormente, as presidenciais) pareciam indicar que a 'seca' de apreensões na África Ocidental desde 2014 pode ter mascarado um tráfico de cocaína contínuo. É muito pouco provável que essas elevadas cargas tenham sido encaminhadas através da Guiné-Bissau de forma pontual.

Por certo, a última apreensão significativa na Guiné-Bissau ocorreu em 2007, com a Polícia Judiciária a atuar com base em dados de inteligência, localizando 635 quilogramas de cocaína que era transportada num veículo em que seguiam dois militares. Os oficiais foram entregues às autoridades militares para investigação; foram libertados em seguida. A cocaína foi armazenada, para segurança, nos cofres do Ministério das Finanças, de onde desapareceu na altura em que os militares entrevistaram.

Apesar de as apreensões de drogas constituírem um mero espelho da eficácia da aplicação da lei ou da ineficácia criminal (ou ambas) - e não necessariamente uma ilustração da extensão do comércio ilícito - não deixam de fornecer provas concretas de tráfico. Na Guiné-Bissau, ambas as apreensões de 2019 foram importantes na demonstração de que, muito provavelmente, o tráfico perdurava³².

A apreensão de março teve lugar em Safim, a uns 15 quilómetros de Bissau em direção ao Senegal. Entrevistas sugerem que as drogas foram originariamente transferidas por via marítima, foram deixadas numa das ilhas que pontilham a costa e depois transportadas para o continente. Um camião, registado no Senegal, foi carregado com drogas num fundo falso, em Bissau, antes de ser conduzido para o Mali.

O antigo primeiro-ministro Aristides Gomes fala aos jornalistas enquanto uma carga de cocaína confiscada é incinerada, 16 de outubro de 2019.

Mudanças no governo levantam suspeitas de que políticos experientes estejam muito menos empenhados na erradicação do tráfico.

As detenções que se seguiram à apreensão indicam que a rede envolvida na movimentação das drogas abarcava pelo menos cinco países da África Ocidental. É amplamente considerado por muitos observadores locais que o momento da apreensão estava vinculado à necessidade de financiar o eleitoralismo nas vésperas da votação para o parlamento do país, a 10 de março de 2019. “Havia muita pressão para despachar isto”, disse uma fonte próxima da economia do tráfico. “As pessoas precisavam do dinheiro”. Foi dito que a droga ia ser conduzida pela fronteira do Senegal, depois para o Mali, Mauritânia e mais a norte na costa, antes de serem carregadas em embarcações com destino aos mercados europeus³⁴.

Um detalhe intrigante neste caso é o facto de várias pessoas alegarem que Vaz interveio indiretamente logo após a apreensão. O Gabinete do Presidente chamou os investigadores competentes da Polícia Judiciária, afirmando que era suposto que o camião contivesse urnas de votos e que pará-lo seria visto como uma tentativa de subverter o processo eleitoral. Independentemente da verdade – e quase todos os observadores estrangeiros, incluindo oficiais militares da África Ocidental, subscrevem a veracidade do relato – a história levantou suspeitas de que o caso estivesse ligado a parte da elite política³⁵.

Várias detenções foram subsequentemente efetuadas pela Polícia Judiciária. Incluindo Sidi Ahmed Mohamed, um nigeriano membro do gabinete de Qusseini Tinni, presidente da Assembleia Nacional do Níger; e Mohamad Mahri, do Mali e com histórico de envolvimento no narcotráfico, que teria escapado à prisão depois de receber um aviso. A Polícia Judiciária contou que também estava à procura de outros indivíduos do Mali, bem como de um capitão do exército da Guiné-Bissau, que considerava estar associado ao caso.

Em setembro, a Polícia Judiciária fez outra apreensão de cocaína, muito maior, desta vez cerca de 1 800 quilogramas, escondida em sacos de arroz. Diz-se que fazia parte de uma carga muito maior que pode ter sido transportada pela ou armazenada na Guiné-Bissau. Tal como no caso da apreensão de março, as drogas foram depositadas no arquipélago costeiro, antes de terem sido transferidas para o continente, para armazenamento.

O armazém onde essas drogas foram encontradas é propriedade de um empresário com contactos políticos, Braima Seidi Bá, que há muito é suspeito de envolvimento no narcotráfico. Seidi Bá esteve anteriormente ligado a outro caso, no que vários traficantes latino-americanos foram detidos num armazém em Bissau, em agosto de 2007. O armazém tinha sido arrendado por uma empresa propriedade sua³⁶.

Tanto as apreensões quanto a reação imediata da justiça criminal pareciam um bom presságio para a Guiné-Bissau, em termos de posicionamento sobre drogas. As drogas foram destruídas por incineração sob a supervisão da ONU e da CEDEAO. Sidi Ahmed Mohamed foi condenado por tráfico de drogas pelo tribunal regional de Bissau em novembro de 2019 e sentenciado a 15 anos de prisão³⁷.

No entanto, as mudanças no governo, uns meses depois, iriam rapidamente trazer uma resposta mais ambígua ao narcotráfico, levantando suspeitas de que os políticos experientes agora no comando estavam muito menos empenhados na erradicação do tráfico. O advento da pandemia do COVID-19 também desviou drasticamente a atenção para longe das disputas políticas em curso em Bissau.



O RETORNO DA VELHA GUARDA

Seidi Bá, que supostamente estava foragido na época do antigo governo, reapareceu misteriosamente após a nomeação de Nabiam como primeiro-ministro³⁸. O seu julgamento, cujo acesso foi restrito devido ao confinamento do coronavírus, decorreu à revelia, embora Seidi Bá estivesse em Bissau quando a sua sentença foi proferida³⁹.

No caso da apreensão de setembro, os dois líderes, o mexicano Ricardo Ariza Monje (um residente de longa data no país e conhecido como “Ramon”⁴⁰) e Seidi Bá, que tem dupla nacionalidade bissau-guineense e portuguesa, foram condenados a 16 anos de prisão. Várias outras pessoas ligadas à apreensão, incluindo réus da Guiné-Bissau, Colômbia, México e Mali, foram condenados a penas de prisão entre quatro e 16 anos.

Pelos padrões da Guiné-Bissau, onde os processos judiciais costumam ser subvertidos e os juízes ameaçados, a sentença do tribunal constitui uma leitura interessante. Detalha várias transações bancárias entre a América Latina, Bissau e países europeus (incluindo Portugal, Espanha, Alemanha e Reino Unido) e também os Estados Unidos⁴¹.

Depois de a sentença ter sido proferida a 31 de março de 2020, Seidi Bá não compareceu à prisão para a cumprir, antes continuou a circular livremente por Bissau, cercado de vários homens em uniforme militar. Segundo boatos locais, Seidi Bá operava sob proteção de Indjai⁴². Os outros detidos e condenados encontram-se no centro de detenção do Bandim. No momento da redação deste texto, Seidi Bá ainda não tinha sido preso.

Sede da Assembleia Nacional Popular, Bissau.

© Flickr/Colleen Taugher

O que parece estar a ocorrer é uma reconstituição da antiga rede empresarial de militares criminosos.

Essa aparente interferência de elementos das forças de segurança no trabalho da Polícia Judiciária tem aumentado desde fevereiro. Por exemplo, em março, uma brigada móvel da Polícia Judiciária deteve um cidadão guineense na posse de um quilograma de cocaína no aeroporto. As drogas eram destinadas a Portugal. Agentes da Guarda Nacional do Ministério do Interior, uma instituição responsável pela segurança nas fronteiras, interveio de seguida. A Polícia Judiciária pouco poderia fazer contra a bem armada Guarda Nacional. O suspeito foi libertado e as drogas parecem ter desaparecido em circunstâncias misteriosas⁴³.

No início de abril, houve outro desenvolvimento estranho. O diretor da Divisão de Investigação Criminal da Polícia de Ordem Pública, Baba Djaló, ficou detido durante 12 dias por suspeita de tráfico de drogas. As alegações contra si, que não são claras, sugerem que as drogas que estavam sob a alçada da Polícia de Ordem Pública foram roubadas. Um diplomata estrangeiro esclareceu: “Após doze dias de cativeiro – para mim não foi uma detenção, mas um sequestro – e devido à doença [de que sofria o suspeito], o Ministério do Interior decidiu entregar o detido à Polícia Judiciária para investigação. Na minha opinião, este foi mais um caso de ladrão que rouba a ladrão... e de militares a tentarem recuperar as suas drogas”⁴⁴.

As informações que detemos indicam que a pessoa por trás da tentativa de obter as drogas é um traficante de drogas condenado, que tinha sido detido anteriormente, no âmbito da operação da DEA, em abril de 2013, que culminou na detenção de Na Tchuto. Diz-se que agiu com o consentimento de um alto funcionário do governo. Os nomes destas duas figuras são mantidos ocultos sob parecer jurídico⁴⁵. Malam Mané Sanhá, que fora detido anteriormente com Na Tchuto e tinha cumprido uma sentença reduzida de 36 meses, depois de testemunhar a favor do governo dos EUA, também está de volta a Bissau, exibindo conspíquas quantidades de riqueza, segundo fontes policiais locais⁴⁶. O que parece estar a ocorrer é uma reconstituição da antiga rede de militares criminosos empreendedores, responsável pelo tráfico na Guiné-Bissau desde 2007 e culminando no golpe de 2012.

Membros da Polícia Judiciária sentem-se cada vez mais ameaçados e vários terão deixado o país ou enviado as suas famílias para o estrangeiro, tendo enfrentado intimidações e ameaças. Investigadores relatam que o ambiente atual se assemelha à era da velha guarda após o “golpe da cocaína” de 2012, em que a Polícia Judiciária teve que restringir as suas operações, temendo represálias por parte dos militares. Os agentes limitaram os seus movimentos e já não prosseguem com investigações rigorosas⁴⁷.

Ominosamente, nos inícios da nova ordem política de Embaló, um novo chefe da Polícia Judiciária foi nomeado: Mário Yalá, um procurador do Ministério Público suspeito de ter laços com traficantes de drogas⁴⁸. Imediatamente, houve um protesto geral, incluindo a pressão de atores estrangeiros, e Yalá foi retirado do posto. O procurador-geral da Guiné-Bissau, na época Ladislau Embassa, defendeu publicamente a atuação de Yalá. Porém, foi substituído por Teresa Silva, ex-procuradora-geral adjunta, considerada próxima do atual governo e cujo marido é juiz do Supremo Tribunal. O marido de Silva votou a favor da nomeação de Embaló como presidente na corrida eleitoral contra Pereira.

O coronavírus, e o confinamento que o governo impôs como resposta, tem limitado grandemente atividades públicas, com o recolher obrigatório a permitir movimento



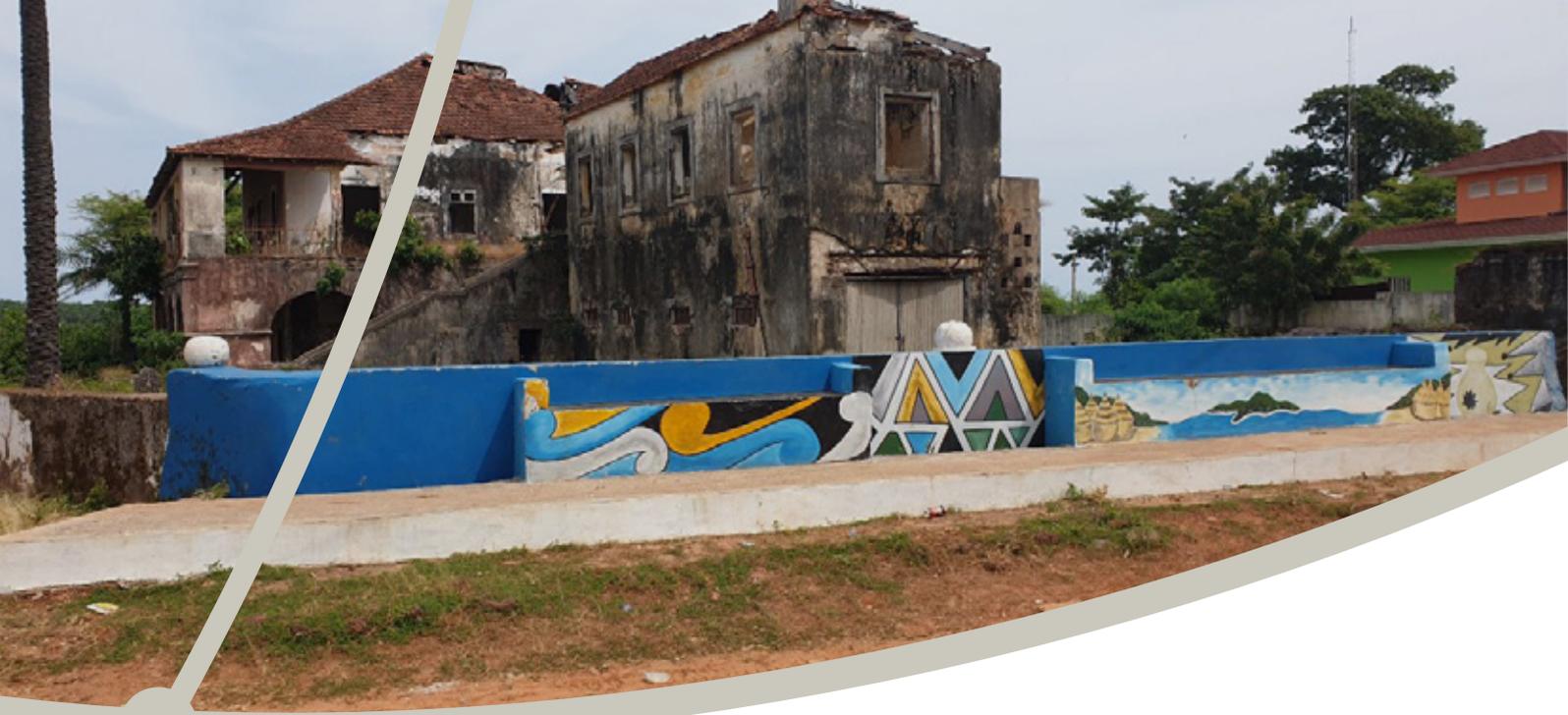
apenas entre as 7h00 e as 11h00. Há, no entanto, relatos de carros de alta gama a circular por Bissau à noite, e certos veículos desses foram vistos a entrar e sair do porto e do aeroporto.

Há muito que membros da elite militar e política consideram o tráfico de drogas um comércio “legítimo”. Foi dito aos autores em várias ocasiões que a cocaína é um problema europeu, e não um problema da Guiné-Bissau – isso apesar de indícios de uma população local crescente de consumidores de drogas⁴⁹.

Além disso, reportar eventos destes tornou-se muito mais difícil para os jornalistas locais. Os *media* locais são altamente vulneráveis às pressões políticas e económicas, e muitos jornalistas confessam que se autocensuram por temerem pela sua segurança. Jornalistas e *bloggers* foram

assedeados e atacados. A 24 de março, nos dias que antecederam o confinamento e ao mesmo tempo que a tensão política aumentava, uma estação de rádio independente, a Rádio Capital, foi atacada por um grupo de militares armados.

Certos políticos que se tinham oposto ao tráfico de drogas no passado também parecem ter sido atingidos. A ex-ministra da Justiça, Ruth Monteiro, era uma forte adversária da nomeação de procuradores do Ministério Público manchados por laços com o narcotráfico. Foi impedida durante um tempo de deixar o país e vivia com medo pela sua vida. Por fim, diante da pressão externa também dos Estados Unidos, o governo permitiu que Monteiro partisse⁵⁰. Quem quer que tenha enfrentado o laço entre o Estado e o narcotráfico costuma sentir que goza de pouca proteção.



RESPOSTAS DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Com a atenção global atraída pelo coronavírus, o problema do novo regime e da instabilidade política da Guiné-Bissau eclipsou-se da comunicação social. A comunidade internacional em Bissau está agora significativamente reduzida, e as oportunidades de liberdade de movimentos e trabalho estão de momento restringidas. No entanto, de acordo com um observador estrangeiro em Bissau, já havia uma atitude de “esperar para ver” como se desenvolveria a crise, antes mesmo do início da pandemia. Na sua opinião, o vírus deu uma desculpa muito conveniente para os forasteiros se desvencilharem de um problema de que já estavam cansados ou, pelo menos, que pareciam relutantes em enfrentar⁵¹.

A 26 de abril, o Presidente Embaló prolongou o estado de emergência por mais 15 dias. Se a extensão do estado de emergência salienta a limitação das capacidades sanitárias estatais para responder ao vírus, também não deixa de proporcionar o desvio das atenções sobre a crise política e uma oportunidade sob a qual o narcotráfico pode continuar.

Um *briefing* convocado pelo Conselho de Segurança da ONU, a 14 de fevereiro, deu ênfase a um certo consenso entre os cinco membros permanentes (o P-5) quanto à continuação da redução da missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau. A questão do tráfico de drogas também foi referida. Em particular, a Rússia, corroborada pela China, defendeu o levantamento das sanções do Conselho de Segurança contra as forças armadas do país, argumentando que as recentes eleições mostraram que os militares permaneceram fora da política⁵². O que

A atenção global atraída pelo coronavírus eclipsou o problema do novo regime e da instabilidade política da Guiné-Bissau.

não fica claro é saber se subseqüentes relatórios quanto ao papel ativo das Forças Armadas na garantia da tomada de posse do novo governo – e a que nível estiveram unidades militares envolvidas na intimidação – podem mudar essa leitura e levar alguns membros do Conselho de Segurança a rever a sua posição contra as sanções.

As agências das Nações Unidas no terreno permanecem ativas, embora o coronavírus tenha restringido igualmente a sua capacidade de desempenhar as suas funções. A resposta da ONU está dividida entre o compromisso da missão política (UNIOGBIS) e o trabalho das várias agências mobilizadas na frente de resposta à emergência. No plano político, as Nações Unidas, como outros, seguiu amplamente a liderança da CEDEAO. Isso traduziu-se numa abordagem “esperar para ver”, simbolizada pela carta do antigo primeiro-ministro Aristides Gomes ao Secretário-Geral da ONU, pedindo um esclarecimento sobre a posição da organização. Na verdade, as Nações Unidas têm-se focalizado também na célere conclusão do ciclo eleitoral e as reformas constitucionais, sem um plano de longo prazo para mudanças estruturais em outras áreas, principalmente a questão crucial da reforma do setor de segurança.

Conforme observado, a resposta da CEDEAO à crise de 2020 foi incoerente. Os países do bloco regional estão eles mesmos divididos sobre o que fazer. Senegal, Nigéria e Níger, por exemplo, atuaram rapidamente para reconhecer o novo presidente, enquanto outros Estados se opuseram. A 23 de abril, a CEDEAO parecia afastar-se da disputa, reconhecendo formalmente Embaló como o presidente legítimo do país. A União Europeia afirmou que o reconhecimento de Embaló pela CEDEAO “encerra um impasse pós-eleitoral prolongado que foi prejudicial para a estabilidade do país”⁵³. Tal deve ser visto como uma grande vitória para Embaló, embora seja improvável que acabe com o conflito. O Secretário-Geral da ONU disse ‘tomar nota’ da decisão da CEDEAO⁵⁴.

Tal como constatado, a CEDEAO e a força de manutenção da paz na África Ocidental, ECOMIB, têm sido parte essencial de cada iniciativa recente de resolução de conflitos em Bissau. O fim do mandato da ECOMIB mudou a equação. Ainda que não resolva os ciclos de longo prazo de instabilidade política no país, a combinação da diplomacia da CEDEAO e a presença de soldados da África Ocidental no terreno geralmente têm sido suficientes para, pelo menos, conter (embora não acabar) o conflito. Há muito tempo, porém, que as forças armadas da Guiné-Bissau se irritam com a presença de soldados estrangeiros. Terá havido uma celebração silenciosa entre alguns membros da elite militar local quanto ao rumo dos acontecimentos. As forças da ECOMIB, no entanto, permanecem no país, confinadas às suas casernas.

A declaração de reconhecimento da CEDEAO surgiu na sequência da ameaça – feita, de forma significativa, no quartel do Estado-Maior das Forças Armadas – de que Embaló iria dissolver o parlamento do país. O argumento invocado por Embaló foi que o parlamento, com a maioria dos membros vindos do PAIGC, bloqueava a capacidade de realização do governo. A estimativa da CEDEAO poderá ter sido preferir manter o parlamento eleito a acelerar a mudança para uma presidência mais autoritária, embora pareça difícil de ver como essa mudança não está, de qualquer forma, a ocorrer. A ameaça de Embaló de dissolver a assembleia também foi previsivelmente contrariada com o argumento de que não tinha o poder para fazê-lo. Seja qual for o caso, a declaração parece ter agudizado o assunto e, num alinhamento simbólico com o comando militar, enviou uma mensagem em alto e bom som. Temendo mais conflitos, a CEDEAO parece ter recuado ou, pelo menos, calculado que tem assuntos mais importantes de momento. A União Africana está satisfeita por seguir a liderança da CEDEAO⁵⁵.



O RUMO A TOMAR

A população guineense tem sido sujeita a contínuos ciclos de instabilidade política.

© Getty Images/AFP Seyllou

O conflito político na Guiné-Bissau não é novo. No entanto, o último ciclo de conflito e tensão política em Bissau pode ter consequências graves a longo prazo, se degenerar. Os padrões de conflito e contestação política no país não são facilmente quebrados, portanto não é muito provável que, sem pressão externa, os assuntos se resolvam por conta própria. Embora seja verdade que um conjunto de fatores motrizes estruturais alimentam a instabilidade na Guiné-Bissau e, portanto, não há soluções fáceis, é provável que o papel dos atores externos na promoção de reformas seja central para atingir um certo grau de estabilidade no curto prazo. Esta fase de conflito político também acontece num período em que tanto a ONU como a CEDEAO se preparam para inativar ou, no mínimo, reduzir a sua pegada. Isso não carrega um bom presságio para o futuro do país, nem para o povo da Guiné-Bissau, com custos sociais e económicos daquilo que é, efetivamente, uma estagnação política.

O mais preocupante sobre o último episódio de conflito é o facto de o controlo sobre a economia das drogas parecer, mais uma vez, ser pelo menos parte do cálculo dos principais atores da elite política e militar. A crise de 2020 tem alguns paralelos preocupantes com a de 2012-13, quando os militares foram atores centrais na proteção e participação no negócio da droga. Desta vez, contudo, o foco da comunidade internacional está alhures, e os intervenientes de Bissau foram, em grande medida, deixados por conta própria. O dinheiro das drogas penetrou na política do país e, por se tratar de uma importante fonte de fundos não justificados numa economia política e de elite impulsionada pelo clientelismo, pode agora ser peça central para o funcionamento de partes do sistema político. Isso é um mau presságio para o futuro do país e reduz os incentivos à estabilidade e ao desenvolvimento a longo prazo.

Uma série de etapas urgentes deve ser considerada:

- Há razões claramente legítimas num país como a Guiné-Bissau, com a sua infraestrutura de saúde fraca ou inexistente, para ter adotado uma resposta firme ao coronavírus. No entanto, não há justificação para abusos das forças de segurança neste período. Iguamente, a possibilidade de que o estado de emergência seja usado para disfarçar o tráfico de drogas deve ser investigada com urgência.
- O governo deve prestar contas do motivo pelo qual um indivíduo condenado por um grave crime de tráfico de drogas – Braima Seidi Bá – não está a cumprir a sua sentença. A mensagem que isso envia ao mundo exterior é que o presidente e o primeiro-ministro, apoiados pela elite militar, estão a proteger um colossal narcotraficante.
- Embora exista um consenso relativo ao redimensionamento da UNIOGBIS até o final de 2020, há um forte argumento para apoiar outras componentes do sistema das Nações Unidas empenhadas na Guiné-Bissau, principalmente o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), no sentido de monitorizar e apoiar a Polícia Judiciária e o sistema de justiça criminal na sua resposta ao narcotráfico. Sem isso, a Polícia Judiciária não poderá investigar os casos de maneira livre e independente.
- É necessária uma resposta política mais coerente – que reconheça que o tráfico de drogas é um importante fator impulsionador da má governança do país, da instabilidade crónica e de perspetivas de desenvolvimento definidas – da parte da comunidade internacional e das contrapartes regionais. O papel dos militares na ocupação de várias instituições governamentais e do Supremo Tribunal de Justiça merece ser condenado sem rodeios. A comunidade internacional precisa demonstrar mais claramente

à elite política e militar de Bissau que as suas ações não poderão continuar impunes, facto que o próprio Conselho de Segurança reconheceu⁵⁶.

- As atuais pistas sugerem que os militares permanecem intimamente ligados aos processos políticos em Bissau, além de facilitarem o tráfico de drogas. Suspender as sanções do Conselho de Segurança contra as forças armadas no atual contexto seria recompensar o comportamento criminoso e fortalecer ainda mais a elite militar.
- A sociedade civil na Guiné-Bissau tem um papel fundamental a desempenhar na crise atual, mas precisa de apoio. Isso inclui, mais especificamente, o papel dos *media* independentes e das organizações da sociedade civil na monitorização e quando reportam e se pronunciam sobre acontecimentos políticos e de segurança. Essas vozes merecem ser ouvidas e protegidas. A comunidade internacional deve deixar claro que ataques a membros da sociedade civil não serão tolerados.
- A única possibilidade duradoura de solucionar ciclos intermináveis de instabilidade política em Bissau consistem em edificar um diálogo nacional genuíno e inclusivo com todos os líderes políticos, militares e atores da sociedade civil. Tal deve ser realizado conjuntamente sob os auspícios da CEDEAO, UA e ONU. Uma opção seria, ao estilo das comissões de verdade, oferecer amnistia aos intervenientes políticos que estejam preparados para falar honestamente sobre o seu envolvimento no narcotráfico e outros crimes. Aqueles que não o fizessem seriam processados judicialmente, sublinhando que, no cômputo final, não haveria impunidade para aqueles que se envolveram no narcotráfico e minaram as perspetivas políticas, sociais e de desenvolvimento a longo prazo para a Guiné-Bissau.

NOTAS

- 1 Ver, por exemplo, o resumo da resolução mais recente, <https://www.un.org/press/en/2020/sc14130.doc.htm>.
- 2 Não existe uma definição clara do que constitui um 'narco-Estado' e o uso do termo nem sempre é útil politicamente para levar adiante o debate de soluções. A Guiné-Bissau constitui, ao invés, uma rede de proteção de elite para o tráfico de drogas.
- 3 Henrik Vigh observa que a cocaína é vista no país como uma "potencial fonte de possíveis meios de subsistência e mobilidade". Ver H Vigh, *Caring through crime: Ethical imbalance and the cocaine trade in Bissau*, *Africa*, 87, 3 (2017), 479–495.
- 4 Delineado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), *Illicit financial flows: illicit narcotics transiting West Africa*, Paris, Documentos de Trabalho da OCDE, 2019.
- 5 Agência de Fiscalização de Drogas do governo dos EUA.
- 6 O almirante Na Tchuto declarou-se culpado em maio de 2014 e cumpriu uma pena de prisão antes de ser deportado para a Guiné-Bissau.
- 7 Beatrice Embaló, *Civil military relations and political order in Guinea-Bissau*, *Journal of Modern African Studies*, 50, 2, 253–281.
- 8 Mark Shaw, *Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998–2014: The evolution of an elite protection network*, *Journal of Modern African Studies*, 53, 3 (2015), 339–364.
- 9 Apesar de a independência da Guiné-Bissau ter sido decretada unilateralmente em 1973 pelo PAIGC, só foi oficialmente reconhecida por Portugal e pela comunidade internacional em 1974.
- 10 Na verdade, é difícil determinar a duração exata do seu mandato, pois Imbali não aceitou a sua destituição.
- 11 Pereira era ex-funcionário do Banco Mundial e secretário executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 12 Ver <https://www.facebook.com/dsimoespereira.paigc/posts/1240899236093195>
- 13 Entrevista, Bissau, julho de 2019.
- 14 A Constituição estabelece que o presidente deve nomear o primeiro-ministro, 'levando em consideração os resultados eleitorais e tendo ouvido as forças políticas representadas na Assembleia Popular Nacional'; ver artigos 68, 69 e 98 da Constituição da Guiné-Bissau. Com efeito, a coligação maioritária foi impedida de nomear a sua própria escolha como chefe do governo.
- 15 Para uma síntese, ver Brown Odigie, *ECOWAS's efforts at resolving Guinea-Bissau's protracted political crisis, 2015–2019*, *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*, *Conflict Trends*, 2 setembro 2019.
- 16 Ver <https://issafrica.org/iss-today/could-military-interference-derail-peace-prospects-in-guinea-bissau>
- 17 <https://africa21digital.com/2020/03/10/presidente-eleito-da-guine-bissau-diz-que-mandou-cancelar-missao-da-cedeao/>.
- 18 Declaração pública de Sissoco no aeroporto Osvaldo Vieira, 6 de fevereiro de 2020. Ver <https://www.publico.pt/2020/02/07/mundo/noticia/sissoco-embalo-ameaca-legislativo-judicial-guinebissau-1903238>.
- 19 Camará, Na Tchuto e Indjai foram intitulados 'barões das drogas' pelo departamento do Tesouro dos EUA em 2010.
- 20 Ver a lista em <https://www.europeansanctions.com/region/guinea-bissau/> e <https://www.sanctionsmap.eu>.
- 21 Esses encontros tiveram lugar em Nhoma e Uaque.
- 22 Por esse motivo, os Balantas e os militares não marcaram presença na cerimónia de tomada de posse presidencial, mas estiveram presentes na cerimónia de tomada de posse de Nabiam, demonstrando publicamente o seu apoio apenas depois de se terem certificado de que Embaló tinha nomeado Nabiam como primeiro-ministro.
- 23 Comunicação pessoal, março de 2020.
- 24 A 27 de março de 2020, o governo declarou estado de emergência. A repressão de que resultou foi acompanhada por denúncias de espancamentos, acusações ilegais e outras violações de direitos humanos, segundo a Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, uma organização da sociedade civil que monitoriza os direitos humanos no país. Também ocorreram casos generalizados de pequena corrupção, já que elementos da Polícia de Ordem Pública exigiam pagamento pela devolução de automóveis, motos e bicicletas apreendidos.
- 25 Ver <https://e-global.pt/noticias/geopolitica/crise/guine-bissau-medidas-contra-coronavirus-provoca-revoltas-e-protostos-em-bissau/>.
- 26 Ver depoimentos de várias testemunhas relativos à avidez de dois assessores militares de Indjai, que encabeçaram as negociações em seu nome, para que o acordo fosse aprovado. Tribunal Distrital dos Estados Unidos, Distrito Sul de Nova Iorque, *United States of America v. Rafael Garavito-Garcia*, 12 CR 839 (JSR), perante o juiz Jed S. Rakaoff. O testemunho está no Processo 1:12-cr-00839-JSR Documento 81 Arquivado a 24/04/15, pp. 57–59.
- 27 Depoimento de Malam Mané Sanhá, Caso 1:12-cr-00839-JSR Documento 83 Arquivado a 24/04/15, pp. 71–73.
- 28 Entrevistas com vários observadores e participantes em Bissau, julho de 2019.
- 29 Entrevista, agentes da lei, Bissau, julho de 2019.
- 30 Informações de altos agentes da lei de Bissau, abril de 2020. Ver também a seguinte reportagem: "Além da apreensão realizada na segunda-feira numa propriedade do ministro da Agricultura, a [Polícia Judiciária] já tinha apreendido outras tantas toneladas de arroz armazenado na região de Bafatá, alegadamente propriedade da empresa

- Cuba Ltda, cujo dono é Botche Candé, antigo ministro do Interior e conselheiro especial do presidente guineense, José Mário Vaz". Ver <https://www.asemana.publ.cv/Arrozdo-Povo-Ministro-da-Guine-Bissau>.
- 31 A Polícia de Intervenção Rápida é uma força especial paramilitar da Polícia de Ordem Pública, subordinada ao Ministério do Interior.
- 32 É de destacar que, devido ao trabalho de uma Força Conjunta de Interdição Aeroportuária, apoiada pelo UNODC e pela UE, registaram-se regularmente apreensões de cocaína em voos de, para ou com ligações aos aeroportos de Bissau. Trata-se de pequenas quantidades, encontradas entre correios aéreos, e não à escala dos carregamentos apreendidos em março e setembro de 2019.
- 33 Entrevista, Bissau, julho de 2019.
- 34 A rota de costume passava pela Líbia, mas traficantes relatam que os níveis de instabilidade são demasiado elevados na zona.
- 35 Entrevistas, oficial militar da África Ocidental e autoridades locais, julho de 2019.
- 36 Entrevista, agentes da Polícia Judiciária, Bissau, julho de 2019. Em agosto de 2007, uma unidade da Polícia Judiciária prendeu dois cidadãos colombianos numa área residencial de Bissau e apreendeu vários itens de um armazém, incluindo grandes quantias de dinheiro (euros), armas, munições e organigramas com informações sobre funcionários públicos e membros do governo da Guiné-Bissau. Braima Seidi Bá também foi identificado como proprietário de duas empresas guineenses envolvidas no tráfico de drogas; ver <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-braima-seidi-ba-e-proprietario-de-duas-empresas-nacionais-implicadas-no-narcotrafico/>; e https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org/peacebuilding/files/documents/bg_paper_drug_trafficking.pdf
- 37 Ver <http://www.odemocratagb.com/?p=22199>.
- 38 Crê-se que não estava na Guiné-Bissau antes do final de fevereiro, quando as mudanças nos acontecimentos políticos podem ter facilitado o seu regresso.
- 39 Informações a partir de grupos da sociedade civil e diplomatas em Bissau.
- 40 O tribunal concluiu que Ramon era o principal chefe da organização na Guiné-Bissau e que era auxiliado por Braima Seidi Bá na preparação e coordenação de todas as operações em terra, antes, durante e após a descarga dos narcóticos. Diz-se que Ramon também está ligado ao caso de uma aeronave que pousou no meio do deserto do Mali em 2009 com uma grande carga de drogas a bordo.
- 41 Sentença, Tribunal Regional de Cacheu, Bissau, Processo 13/2020.
- 42 "O traficante (Braima Seidi Bá) entrou no país escoltado por tropas do antigo chefe de Estado-maior das Forças Armadas, António Indjai, atualmente no comando do atual golpe narco-militar", <https://domingospresidente.com/guine-bissau-e-transformada-em-refugio-do-barao-dd-cocaina/>. Ver também: <https://www.publico.pt/2020/04/09/mundo/noticia/guinebissau-trafficantes-voltaram-mando-internacional-1911778?> Os autores contactaram várias fontes em Bissau que confirmaram esse facto.
- 43 Informações de membros da comunidade internacional com base em relatórios da polícia.
- 44 Comunicação pessoal, abril 2020.
- 45 Como relatado por agentes da autoridade nacionais e estrangeiros. Comunicação pessoal, abril de 2020.
- 46 Malam Mané Sanhá é o nome que usa mais frequentemente. Foi julgado em Nova Iorque sob o nome Manuel Mamadi Mane, um dos mais de 12 nomes que usou ao longo da sua atividade criminosa. Comunicação pessoal com autoridades policiais nacionais e estrangeiras, maio de 2020.
- 47 Relatado por organizações da sociedade civil locais em contato com agentes da Polícia Judiciária.
- 48 Ver as acusações contra Mário Yalá devido ao seu papel durante uma operação de interdição de cocaína chamada Carapau, <https://www.facebook.com/nicolaudautarim/videos/2763150047117655>. As ações de Yalá nos casos de tráfico de drogas foram confirmadas por representantes da sociedade civil e fontes da Polícia Judiciária.
- 49 Entrevistas indicam que houve um aumento do número de consumidores de drogas admitidos nos poucos centros de tratamento do país, embora os dados não tenham sido sistematicamente recolhidos. Para uma pesquisa que ilustra o aumento do consumo de drogas, consultar Abílio Aleluia Otaíro Có Júnior, *A Droga Entre os Jovens: Uma Análise Sobre o Consumo na Guiné-Bissau*, dissertação apresentada em cumprimento parcial para o mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), setembro de 2013.
- 50 Informações de observadores internacionais baseados em Bissau, maio de 2020.
- 51 Comunicação pessoal, abril de 2020.
- 52 Ver 8724.^a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2020 - <https://undocs.org/en/S/PV.8724>; Federação Russa (p. 16): "Acreditamos que chegou a hora de abordar a questão do levantamento das sanções do Conselho de Segurança contra a Guiné-Bissau. As sanções são há muito tempo obsoletas por natureza. A situação atual está muito distante dos eventos de 2012. Assim como as recentes eleições mostraram novamente, as forças armadas têm-se absterido da política. Podemos, portanto, observar que as sanções atingiram seu objetivo há muito tempo. A manutenção das sanções, à luz da redução da presença das Nações Unidas no país, é ainda mais desconcertante". Sobre a China, consultar <https://www.whatsinblue.org/2020/02/guinea-bissau-mandate-renewal-of-uniog-bis.php>.
- 53 Ver https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/77862/guinea-bissau-statement-spokesperson-latest-political-developments_en.
- 54 Ver <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2020-04-24/statement-attributable-the-spokesman-for-the-secretary-general-guinea-bissau>.
- 55 Ver <https://au.int/en/pressreleases/20200424/lunion-africaine-felicite-le-president-elu-de-la-republique-de-guinee-bissau>.
- 56 Ver a Resolução 2512 (2020) do Conselho de Segurança das Nações Unidas: "(...) sublinhando que qualquer solução duradoura para a instabilidade na Guiné-Bissau deve incluir disposições para combater a impunidade e garantir que os responsáveis por crimes graves, incluindo os que envolvam violações da ordem constitucional e aquelas relacionadas com o tráfico de drogas, são levados à justiça, inclusive por meio de mecanismos judiciais nacionais"; consultar [https://undocs.org/S/RES/2512%20\(2020\)](https://undocs.org/S/RES/2512%20(2020)).



GLOBAL INITIATIVE

AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME

SOBRE A GLOBAL INITIATIVE

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional) consiste numa teia global que integra 500 peritos em rede por todo o mundo. A Global Initiative proporciona uma plataforma para promover maior debate e abordagens inovadoras enquanto alicerces de uma estratégia global inclusiva contra o crime organizado.

www.globalinitiative.net